

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 23

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense/*Portucalense Law Journal* n.º 23, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por seis artigos que foram seleccionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”, brevemente apresentados nos parágrafos seguintes. Por seu turno, a secção “Varia” integra dois estudos multidisciplinares para além de uma Resenha de Direito da União Europeia.

Na parte I “**Investigação Científica**”, ALEXANDRE L. DIAS PEREIRA, no artigo intitulado *Sports fraud, match-fixing, and the prohibition of manipulation of sports related to betting: «fair play on and off the pitch»*, apresenta um estudo, em inglês, sobre a luta contra a fraude desportiva relacionada com as apostas, que é um dos objectivos da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas, ratificada por Portugal, mas que ainda não está em vigor.

No segundo artigo, *O funcionamento dos tribunais administrativos de círculo e os seus embaraços: retrospectiva histórica, análise jurisprudencial e aplicação da lei no tempo*, ANA RAQUEL COXO apresenta uma retrospectiva histórica sobre o funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais, em particular, no âmbito de vigência do ETAF/2002 e analisa o acórdão de uniformização de jurisprudência do STA n.º 3/2012, bem como o acórdão de uniformização de jurisprudência do STA n.º 6/2017. Seguidamente, observa que se a entrada em vigor do ETAF/revisto em 2015 e do CPTA/revisto em 2015 resolveu, em parte, os problemas anteriores, fez emergir dúvidas sobre a aplicação da lei no tempo.

DANIELA MARTINS PEREIRA DA SILVA observa, na *Análise da jurisdição no âmbito da convenção das nações unidas sobre o direito do mar: uma vocação expansionista?*, que a proliferação dos Tribunais Internacionais lançou um novo debate sobre o papel da jurisdição, em especial, do conflito de

jurisdições, pois alguns Tribunais têm seguido a tendência de expansão da própria jurisdição, sendo exemplo de tal fenómeno a expansão da jurisdição por via dos artigos 288.º/2 e 293.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Assim, a autora compara a expansão da jurisdição pelos Tribunais da Convenção, no contexto de disputas non-Unclos, e da jurisdição do Tribunal de Justiça da União Europeia, pela via dos acordos mistos e da apropriação da competência dos Estados membros. Para o efeito, analisa o caso *Mox Plant* que foi o primeiro a suscitar questões sobre a jurisdição e o direito aplicável no âmbito da CNUDM.

Segue-se uma prespectiva histórica de ITALO ROBERTO FUHRMANN sobre a formação do pensamento constitucional no Brasil, intitulada *História do Direito Constitucional Brasileiro – Elementos Históricos da Formação do Pensamento Constitucional no Brasil*, em que o Autor identifica os traços fundamentais das oito Constituições que regeram o Brasil desde 1824, a saber, a origem do constitucionalismo nacional, a arquitetura política subjacente e a evolução das técnicas de positivação no controle de constitucionalidade e na dogmática dos direitos fundamentais.

RITA GUIMARÃES FIALHO D'ALMEIDA, no artigo *A (síndrome de) alienação parental: uma nova forma de patriarcado?*, traz-nos uma reflexão sobre a seguinte questão: em que medida devemos recear como discriminatório, por contrário à igualdade de género e remissivo para a secundarização e sombra social e histórica das Mulheres, aquilo a que insistentemente se tem denominado de (síndrome de) alienação parental, quantas vezes invocada, sob a égide do superior interesse da criança, na ausência de acordo dos pais, nos processos de regulação das responsabilidades parentais, especialmente nos emergentes de situações de ruptura da vida em comum dos progenitores.

Completa a secção o artigo de RUI ANDRÉ LIMA GONÇALVES DA SILVA GARRIDO sobre *Reflexões sobre a criação de um emblema distintivo para os jornalistas em conflito armado*. O autor propõe-se a analisar as propostas de criação de um emblema distintivo para os jornalistas e a discutir as potencialidades e ameaças de tal emblema.

Na parte II “**Varia**” publica-se um trabalho de CARLOS FILIPE COSTA, intitulado *Direito, Universidade e Mobilidade (Séculos XIII e XIV)*; uma resenha de normas da actualidade do Direito da União Europeia, por consulta ao Jornal Oficial da União Europeia, seleccionada por DORA RESENDE ALVES, e uma comunicação de FÁTIMA PACHECO, realizada no âmbito de uma aula aberta ao Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas da Universidade Portucalense, em 13 de Julho de 2018, sobre os *Vários sistemas e várias respostas para a protecção internacional dos direitos humanos: a interacção do indivíduo com as organizações internacionais*.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt